

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECONSERVA – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUBDEC – SUBSECRETARIA DE DEFESA CIVIL

CT – CENTRO DE TREINAMENTO



PROJETO DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS

RIO DE JANEIRO – RJ
2016

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	03
2 – OBJETIVO GERAL.....	07
3 – OBJETIVO ESPECÍFICO	08
4 – PÚBLICO ALVO	09
5 – METODOLOGIA	10
6 – DO VOLUNTARIADO	12
7 – METAS	13
8 – DO EMBASAMENTO LEGAL	14
9 – AVALIAÇÃO	16
10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18
APÊNDICE 1 – FICHA DE AVALIAÇÃO	19

1 – INTRODUÇÃO

A Cidade do Rio de Janeiro que, segundo o IBGE, conta com 6.320.446 habitantes, área territorial de 1.119,828 km², possui características geomorfológicas que a transforma em um cartão postal do Brasil. Suas belíssimas paisagens justificam seu carinhoso apelido de Cidade Maravilhosa.

Porém estas mesmas características, berço de uma das Sete Novas Maravilhas do Mundo, o Cristo Redentor, e de diversos outros ícones de beleza natural, contribuem para o aumento do risco de desastre.

Cercada pelo Oceano Atlântico e por uma cadeia de montanhas muito extensa (maciço da Tijuca e Maciço da Pedra Branca), com o clima tropical atlântico, classificado como Aw segundo o modelo de Köppen, sofre efeito perceptível da maritimidade, o que traduz-se em amplitudes térmicas relativamente baixas. Os verões são quentes e úmidos. Devido à concentração de edifícios nas regiões urbanas centrais, mais afastadas do litoral, é comum o surgimento de ilhas de calor, com termômetros superando a marca dos 40°C. Por este motivo o Rio de Janeiro é um excelente catalisador para índices pluviométricos extremamente altos, tendo um acumulado anual que pode chegar a 2.236 mm. Tudo isto, agregado ao fato de existir um histórico de ocupação irregular nas encostas, alto índice de desmatamento e uma cultura de despejo de resíduos em locais indevidos, contribui para um alto risco de desastres, principalmente os hidrológicos, causados por altos índices pluviométricos.

Isto posto, a Subsecretaria de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro – SUBDEC – mobilizou-se para exercer sua missão de fortalecimento da prevenção, preparação e mitigação de desastres, desenvolvendo um Programa de Proteção Comunitária. Tal programa foca em:

- capacitação e treinamento de cidadãos;

- desenvolvimento de um Sistema de Alerta e Alarme Comunitário
- criação de parâmetros educacionais que levam às escolas uma proposta de disseminação da Redução de Risco de Desastres.

Para a concretização desta proposta, diversos projetos foram criados para atender à população carioca, vislumbrando o aumento da resiliência comunitária, da capacidade de absorção de embates causados por eventos adversos e, também, capacitando os moradores para exercer a primeira resposta em caso de acidentes e desastres.

O presente documento trata do conjunto de ações abordadas pelo “Projeto Defesa Civil nas Escolas”, mais especificamente da motivação educacional, vislumbrando palestras, exercícios, aulas, doutrinas e atividades diversas executadas em toda a gama de instituições educacionais, podendo ser elas de ensino fundamental, médio ou até mesmo ser adaptadas ao ensino superior.

As ações aqui apresentadas não representam apenas o aperfeiçoamento de algumas ações em desenvolvimento, ou já desenvolvidas, tal como os Simulados nas Escolas, o Projeto Construindo a Cidadania nas Escolas ou as Palestras para os Coordenadores Pedagógicos, professores, funcionários administrativos de escolas e alunos, mas sim a possibilidade de atendimento, de forma sistemática e metodológica, baseadas nas novas diretrizes da LDB (art. 26, par. 7º da Lei 9.394 de 20/12/96)”.

A proposta de inclusão da matéria de redução de risco de desastres, preservação ambiental nas instituições de ensino surgiu em janeiro de 2005, quando mais de 4.000 representantes de Estado de todo o mundo, organizações não governamentais (ONG), institutos acadêmicos e do setor privado reuniram-se na cidade de Kobe, Japão, para a segunda Conferência Mundial sobre a Redução dos Desastres (CMRD-ONU) e como produto das negociações nasceu o Marco de Ação de Hyogo (MAH) a ser implantado durante os anos de 2005-2015. Este documento

propõe a seguinte missão: Aumentar a Resiliência das Nações e das Comunidades frente aos Desastres. Para tanto cinco prioridades foram definidas neste importante encontro, dentre estas salienta-se a 3ª diretriz do Marco de Ação de Hyogo, que estabelece que o uso do conhecimento, da inovação e da educação deverá criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis (EIRD-ONU, 2007).

Posteriormente foi estabelecido, durante a 3ª Conferência das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, realizada no mês de março de 2015, em Sendai, Japão, o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 – plano global de prevenção de desastre. Este documento versa que a educação para Redução de Risco de Desastres pode contribuir para diminuir significativamente a quantidade de mortes, perdas econômicas e sociais, número de desabrigados, desalojados e demais danos e prejuízos causados por desastres naturais (**UNISDR, 2015**).

O alvo da proposta voltou-se para três temas:

- risco e desastres;
- desenvolvimento sustentável e
- mudanças climáticas.

Para que o novo marco seja adotado de forma bem-sucedida, são necessários forte comprometimento, envolvimento político e foco em quatro princípios:

- entender os riscos de desastres;
- fortalecer o gerenciamento dos riscos;
- investir na redução dos riscos e na resiliência e
- reforçar a prevenção de desastres e dar respostas efetivas.

Por conseguinte o presente projeto foi criado englobando estes temas. A Subsecretaria de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro entende que para melhor alcançar o sucesso na aplicação destes objetivos deve-se enfatizar as ações com crianças e jovens, desde a mais tenra idade. Desta forma, será criada uma cultura de prevenção e de proteção civil, promovendo nas gerações futuras um comportamento de práticas mais seguras no que tange possíveis desastres.

Assim sendo, este documento tem o propósito de descrever o “Projeto Defesa Civil nas Escolas”, de vanguarda nacional e de fundamental importância para a mudança comportamental da população que mais sofre com as intempéries.

2 – OBJETIVO GERAL

Incorporar de forma transversal ao currículo escolar conceitos de Redução de Risco de Desastre e/ou Acidentes, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, visando o aumento da resiliência comunitária dentro e fora das escolas da Cidade do Rio de Janeiro.

3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Expor informações sobre ameaças à cidade e suas possíveis consequências;
- Conscientizar os alunos sobre os diversos tipos de risco característicos da cidade do Rio de Janeiro e as ações pró-ativas de mitigação das vulnerabilidades;
- Estimular a discussão sobre o tema dentro das residências, no ambiente familiar;
- Prover noções básicas de Primeiros Socorros aos alunos;
- Incentivar a formação de uma Cultura de Prevenção na sociedade como um todo.

4 – PÚBLICO ALVO

O projeto é realizado em **escolas, universidades ou qualquer outra instituição de ensino, públicas ou privadas.**

A relação completa das escolas participantes do projeto será divulgada no site oficial da Subsecretaria Municipal Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/defesacivil>

5 – METODOLOGIA

O Projeto trata, precipuamente, dos seguintes assuntos:

- 1 – Noções de Defesa Civil e Prevenção de Acidentes domésticos;
- 2 – Educação Ambiental e Desastres naturais com foco na cidade;
- 3 – Chuvas Intensas e suas consequências na Cidade do Rio de Janeiro e Simulado de desocupação;
- 4 – Noções Básicas de Primeiros Socorros e Cuidados Iniciais em Situação de Urgência.

Propõe-se aos professores e coordenadores pedagógicos que estes assuntos sejam trabalhados de forma interdisciplinar, utilizando-se de aulas expositivas, projetos extraclasse, momentos lúdicos (teatro, música, produção de maquetes, etc.) ou qualquer outra metodologia que o corpo docente ache conveniente e aplicável.

Sugere-se que a matéria seja tratada transversalmente ao currículo escolar estabelecido, facilitando a abordagem e aplicação do conteúdo. Cabe ao profissional de ensino estabelecer sua própria metodologia para a abordagem da matéria. O Centro de Treinamento da Defesa Civil entende que este formato é o mais adequado para atingir o resultado de modo eficaz e eficiente.

O Centro de Treinamento de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro coordenará o projeto e servirá de consultor aos professores, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas, sugerir atividades, recomendar material suplementar e prover atividades presenciais (palestras, aulas, exercícios simulados, etc.) em caso de necessidade. Tais atividades poderão ser executadas no curso de um dia/aula ou ser dividido durante diversos dias, de acordo com a disponibilidade.

Visando estreitar o contato e engrandecer o entendimento do tema por parte dos alunos, será realizado uma **Aula de Percepção e Mapeamento de Risco**. Neste momento, instrutores da Defesa Civil desenvolverão uma atividade lúdica que consiste no mapeamento de áreas de risco no entorno da escola (alagamento, deslizamento, queda de árvore, atropelamento, contaminação por presença de lixo, etc.) que serão identificados pelos próprios alunos e serão expostos em mapas para melhor visualização e compreensão. Esta atividade maximiza a percepção de risco

dos alunos, além de buscar demonstrar soluções e alternativas para que o aluno não se exponha aos riscos apontados.

Cabe destacar que, referente a Noções de Primeiros Socorros e Cuidados Iniciais em Situação de Urgência e no tópico Chuvas Intensas e suas consequências na Cidade do Rio de Janeiro e Simulado de desocupação, serão oferecidas visitas presenciais da Cruz Vermelha Brasileira e Subsecretaria de Defesa Civil, para abordagem teórico-prática dos assuntos, cabendo à direção/coordenação pedagógica da instituição solicitar junto ao Centro de Treinamento que prestará este atendimento de acordo com a possibilidade/disponibilidade logística de material e capital humano.

Foi desenvolvido, pelos integrantes do Centro de Treinamento, material didático específico para o projeto, que se compõe de:

- caderno do aluno;
- o livro do professor e
- livro de consulta.

Este material segue a metodologia da divisão dos módulos descritos anteriormente e poderá ser consultado a qualquer momento na *world wide web*. O link para acesso a este e demais conteúdos (proposta de textos para consulta, sites acadêmicos, vídeos educativos e ilustrativos, ficha de avaliação, etc) será repassado ao corpo docente tão logo possível.

<http://www.rio.rj.gov.br/web/defesacivil/exibeconteudo?id=6030202>

Será oferecido aos professores e coordenadores pedagógicos um **Nivelamento do Conhecimento em Defesa Civil e Proteção Comunitária**, promovido pelos instrutores da Defesa Civil e/ou da Cruz Vermelha Brasileira. Serão feitas visitas a cada uma das escolas participantes para executar esta atividade com o intuito de orientar o corpo docente e esclarecer dúvidas sobre o projeto (inclusive no que refere ao material didático específico citado). Possíveis adaptações para melhor execução do projeto serão tratadas neste momento.

6 – DO VOLUNTARIADO

A Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro entende que é de extrema importância que a sociedade participe aperfeiçoando, revisando, integrando e disseminando os serviços prestados à população. Desta forma, observando a Lei 9.608 de 1998 (Lei do Voluntariado), o Centro de Treinamento buscará a expansão de seu corpo de voluntários para dar suporte à execução do projeto em todo o seu âmbito. Será solicitado que a instituição de ensino motive os familiares dos alunos a também participar das atividades.

O trabalho voluntário poderá ser prestado nas mais variadas vertentes de atuação como, por exemplo; o planejamento administrativo, registro áudio visual e fotográfico, assessoria logística, consultoria pedagógica, etc.

Vale mencionar que o trabalho voluntário poderá ser executado por qualquer cidadão, funcionário público ou não.

7 – METAS

- a) Difundir conhecimentos de percepção de risco de desastres, preservação ambiental, sustentabilidade, aquecimento global, noções de defesa civil, noções básicas de primeiros socorros, dentre outras.
- b) Orientar, os coordenadores pedagógicos e/ou professores das escolas e/ou turmas participantes do projeto;
- c) Formar cerca de **3.000 (três mil)** alunos Agentes Jovens de Defesa Civil a cada ano;
- d) Treinar, por intermédio do Simulado de Desocupação nas Escolas, cerca de **6.000 (seis mil)** Alunos anualmente, em todas as instituições de ensino participantes.

8 - DO EMBASAMENTO LEGAL

O presente projeto é ratificado em nossa legislação pátria, cumprindo demandas e imposições legais presentes no mundo jurídico. Desta forma, faz-se necessário transcrevermos tais regramentos jurídicos:

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional regra:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016).

A Política Nacional de Proteção e Defesa civil prevê que:

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

VI - participação da sociedade civil.

Art. 5º São objetivos da PNPDEC:

XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

V - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil. (BRASIL. Lei nº 12.608 de 10 e Abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016).

A Lei do Voluntariado versa:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL. Lei nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016).

9 – AVALIAÇÃO

Para fins de aferição da efetividade do projeto, o corpo docente deverá preencher o documento de avaliação, perante a realização de cada etapa do projeto. O preenchimento da mesma será realizado pela direção e/ou coordenação pedagógica da unidade escolar em conjunto com o corpo docente. O modelo desta avaliação se encontra no **Apêndice I** deste documento.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Preparação dos Moradores das comunidades e a implantação do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário são medidas fundamentais na Redução dos Desastres, em especial na minimização dos Danos Humanos.

A estas ações devem se somar outras medidas preventivas com atuações diretas nas comunidades (Reflorestamento, Ecolimites, Obras de Infraestrutura, Programa Permanente de Coleta de Lixo, entre outras ações), assim como ações envolvendo tecnologia e conhecimento (Mapeamento de Risco, Aparelhamento do Sistema de Previsão e Monitoramento das Chuvas, Implantação de um Centro de Operações, etc). Mais do que isso, é necessário um investimento, na mudança de comportamento de crianças, jovens e adultos, estudantes ou não, com objetivo de produzir uma cultura de prevenção de desastres em toda população carioca, principalmente, nas famílias que estão em áreas de maior risco de ocorrência de desastres ou em situações de vulnerabilidade social. Isto trará resultados não apenas em longo prazo (com futuros cidadãos esclarecidos), mas também em curto e médio prazo (em função ao estímulo da discussão dos assuntos no ambiente familiar).

Desta forma, e complementando com ações integradas, rápidas e eficientes de Resposta e Recuperação, o Município do Rio de Janeiro poderá se tornar uma Cidade Resiliente, tanto a Chuvas Fortes, quanto aos demais desastres, e com isso ganhar uma grande capacidade de enfrentar, se adaptar e absorver os impactos destes tipos de ocorrências e restaurar a normalidade o mais breve possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016.

BRASIL. Lei nº 12.608 de 10 de Abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm>. Acesso em 16 de Junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330455>>. Acesso em 16 de Junho de 2016.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. *Klimate der Erde*. Gotha: Verlag Justus Perthes. 1928. Wall-map 150cmx200cm.

MARCO DE AÇÃO DE HYOGO. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcodeHyogoPortugues20052015.pdf>>. Acesso em 16 de Junho de 2016.

MARCO DE SENDAI PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES 2015-2030. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcodeSendaiPortugues.pdf>> Acesso em 16 de Junho de 2016.

Apêndice I – Ficha de Avaliação



PROJETO DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS



FICHA DE AVALIAÇÃO

Ano:

Unidade

de

Ensino:

Turmas

de

quinto

ano

envolvidas:

Sua avaliação é de suma importância, pois, por meio dela, nortearmos nosso trabalho, visando aperfeiçoá-lo a cada ano.

Considere os aspectos abaixo e atribua graus de 1 a 4, sendo:

- (1) Ruim/Insatisfatório
- (2) Regular/Pouco satisfatório
- (3) Bom/Atendeu às expectativas
- (4) Ótimo/Superou às expectativas

I. Encontro com os professores:

	1	2	3	4
Explicação sobre o projeto				
Tempo empregado na abordagem dos assuntos				
Domínio do conteúdo por parte dos Agentes de Defesa Civil				

Comentários, Críticas e /ou sugestões:

II. Material didático do Projeto (Livros do aluno e professor e livro de apoio/consulta):

	1	2	3	4
Adequação dos conteúdos aos objetivos do projeto				
Organização dos textos				
Recursos visuais				
Atividades Complementares				

Comentários, Críticas e /ou sugestões:

III. Aula sobre Percepção de Risco (Mapeamento de Risco):

	1	2	3	4
Data da realização/carga horária				
Objetivos propostos				
Conteúdo Programático				
Domínio do conteúdo por parte do instrutor				
Relação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno com o seu cotidiano				

Comentários, Críticas e /ou sugestões:

**IV. Aula sobre as Consequências Negativas das Chuvas Intensas na Cidade e
Exercício Simulado de Desocupação:**

	1	2	3	4
Data da realização/carga horária				
Objetivos propostos				
Conteúdo Programático				
Dinâmica da atividade				
Recursos utilizados				
Domínio do conteúdo por parte do instrutor				
Relação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno com o seu cotidiano				

Comentários, Críticas e /ou sugestões:

V. Aula ministrada pela Cruz Vermelha – Filial Rio de Janeiro:

	1	2	3	4
Data da realização/carga horária				
Objetivos propostos				
Conteúdo Programático				
Dinâmica da atividade				
Recursos utilizados				
Domínio do conteúdo por parte do instrutor				
Relação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno com o seu cotidiano				

Comentários, Críticas e /ou sugestões:
